

# “Farol do mundo”, dos pobres

Um estudioso da Sociologia clássica diria que os dados objetivos da realidade há anos apontam para grandes mudanças sociais e políticas no Brasil. O observador do cotidiano, no entanto, dirá com soberba que nada aconteceu, não acontece nem acontecerá — pois, se devesse ter acontecido, já teríamos tido graves convulsões sociais. A recessão de 1983, por exemplo, produziu previsões catastróficas — mas o resultado efetivo foi a recomposição da economia (lenta, mas ainda assim retomada do crescimento). Sucede, também, dirá o observador, que depois vieram as experiências heterodoxas, que a partir de 1986 até junho passado produziram uma inflação de mais de 4 milhões por cento! Apesar disso, o País continua inteiro, as instituições políticas se revelam mediocrementemente todos os dias pela *Voz do Brasil*, a riqueza circula pelas mesmas estradas esburacadas, as crianças continuam nascendo como se aos pais não preocupasse o dia de amanhã. O estudioso da Sociologia — dirá o observador do cotidiano — aprendeu nos manuais errados, ou então sua observação dos fatos sociais é viesada pelo “catastrofismo”. Infelizmente, nem tanto.

Deve haver explicação para que grandes explosões sociais não se tenham verificado, especialmente a partir do Plano Cruzado, quando se fez do Brasil um grande laboratório em que os alunos de Dr. Jekyll decidiram experimentar suas teorias acadêmicas e comprovar seu rancor contra os empresários. Deveria ter sucedido alguma coisa, porque as experiências laboratoriais, que produziram infla-

ção de 4 milhões por cento, desorganizaram a economia, destruíram a esperança, reduziram a níveis perigosos os investimentos, desacreditaram o poder de Estado. Em termos da grandeza do Brasil, nada se registrou. Nas camadas profundas da vida psíquica individual e social, no entanto, naquelas onde se gesta o futuro, as consequências destrutivas da progressiva perda de autoridade do Estado (visível desde o governo Figueiredo), a desarticulação da economia, a quebra dos laços da solidariedade social produzida pela desesperança e pelo desemprego (ainda que não duradouro) se fizeram sentir, aqui e ali. São elas que apontam para um futuro difícil. É para elas que convém atentar. Não para a mão esquerda do presidente.

Basta olhar para o Rio de Janeiro e registrar a falência do Estado ali. É suficiente observar o número de linchamentos que ocorrem neste ou naquele Estado da Federação, para comprovar que de fato o Estado se está liquefazendo como aplicador da Justiça e detentor do monopólio legítimo dos meios de violência. Somando-se a tudo, à violência urbana, ao desprezo pela vida humana, à cobiça pelo dinheiro e à ambição pelo poder que se nota em todos os estratos sociais, basta registrar o escândalo da droga para comprovar que os valores sociais não têm mais vigência coletiva e o aparelho de Estado se mostra impotente — tão impotente que

necessita aparentar estar vivo, reeditando leis velhas de 50 anos, como se novidade fossem. Ora, aparelho de Estado impotente é a paralisia total do corpo social.

Somos liberais e democratas. Nem por isso, no entanto, desconhecemos a importância que o governo, a classe dirigente de maneira geral, pode desempenhar na condução de um processo de mudança social como o que o Brasil experimenta desde pelo menos os anos 30. Os que temos idade para saber e

conhecer vivemos desde 1945 em perpétuo sobressalto. Que dizer, então, dos que se alegraram com o Plano Cruzado, em 1986, e pouco depois se viram frustrados pelo grande estelionato? Que dizer, perguntamos, dos que puderam observar que, depois de tudo o que passou, voltaram ao governo não as mesmas pessoas, mas as mesmas idéias, o mesmo grupo, enfim? O resultado dessa continuidade de idéias malsãs, dessa ambição sem limites, foi o que se está vendo na economia, na política, na condução dos negócios públicos. Todos os dirigentes malograram — e talvez por isso mesmo tenham sido premiados com a possibilidade de repetir, como Mr. Hyde, a experiência que os transformaria de novo em Dr. Jekyll, sacrificando quantos brasileiros encontrassem pela frente.

O Executivo de 1990 que resultou da persistência dessas idéias velhas, mesmo pre-

textando fazer o novo, dá todos os sinais de que decidiu embarcar no trem que nos conduzirá a um país chamado Brasil, que, como a Albânia de Enver Hoxha, será apresentado como o “Farol do mundo”, dos pobres, contra o “Império dos ricos”. Os projetos políticos pessoais, como na Albânia de Hoxha, ou na China do “Grupo dos Quatro”, levam a alianças incompreensíveis, quando não espúrias, e à aceitação de teses (que começam a tornar-se oficiais) que ressumam ao mais triste nacionalismo, como a das “perdas internacionais” impostas ao Brasil pela presença dos grandes grupos estrangeiros.

Enquanto os Hoxhas e os membros do “grupo” — de quantos? — se deleitam com o nacionalismo, há países na América do Sul, cujos governos sabem encarar a realidade de frente, que o sol é o sol e a lua é a lua. Não tomam a nuvem por Juno. Resistem às pressões do populismo. Aceitam o desafio da liberdade de preços. Respeitam o mercado. Vêm seus países progredir no mundo. Aceitam, sem complexos, a ajuda e a solidariedade internacionais.

A explosão que o estudioso de Sociologia acredita deva ocorrer não virá tão cedo — a fronteira e a criatividade dos que vivem no interior impedem que a hemorragia interna, que é lenta, produza seus efeitos letais. O problema é saber até quando o Brasil resistirá a Enver Hoxha e à réplica canhestra e subdesenvolvida do “Grupo dos Quatro”, que não se sabe quantos são, embora poucos!